



Universidade de Brasília  
Instituto de Relações Internacionais  
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais  
XVI Curso de Especialização em Relações Internacionais

**Origens da Primavera Árabe:  
Uma proposta de classificação analítica**

**Luiz Felipe Gondin Ramos**

Artigo apresentado como requisito parcial  
para obtenção do título de Especialista em  
Relações Internacionais.

Orientadora: Professora Doutora Danielly  
Ramos Becard

**Brasília**

2015

## **RESUMO**

Este artigo propõe uma classificação dos fatores de origem da Primavera Árabe em causas, condicionantes e catalisadores, a partir de uma abordagem estruturada em eixos temáticos: sócio-político; econômico-demográfico; meios de comunicação; fatores externos; e confessionais. A partir dessa matriz analítica, procede-se à exploração de cada eixo, buscando transitar-se entre os níveis de análise – domésticos, regional e internacional – com vistas a estabelecer elementos comparativos suficientes para o sopesar de cada variável proposta. Identifica-se na ruptura do contrato social árabe, que encontra seu principal alicerce na barganha de centralização política dos governos como contrapartida à expectativa de um estado de bem-estar, como a principal causa direta da Primavera Árabe. Os meios de comunicação exercem função mormente condicional, ao passo que os atores externos e os grupos islamistas atuam predominantemente como catalisadores das manifestações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Oriente Médio e Norte da África; Primavera Árabe; Relações Internacionais do Oriente Médio.

## **ABSTRACT**

This paper proposes a classification of the factors that have originated the Arab Spring into causes, conditions and catalysts, taking a theme-based approach: socio-political issues; economic and demographic trends; the media; external factors; and religion. Using the aforementioned analytical framework, this article proceeds to explore each thematic axis, whilst employing different analytic scopes – domestic, regional and international – in order to establish sufficient comparative data to evaluate the relevance of each variable presented. The author identifies the rupture of the Arab social contract, which is based mainly on the acceptance of welfare states in exchange for strong central governments, as the foremost cause of the Arab Spring. The media functions mostly as a conditional factor, while external players and Islamist groups act predominantly as catalysts of the uprisings.

**KEY WORDS:** Middle East and Northern Africa; Arab Spring; International Relations of the Middle East.

## INTRODUÇÃO

A Primavera Árabe — termo pelo qual ficaram conhecidas as manifestações, levantes nos países do Oriente Médio e Norte da África (MENA, na sigla em inglês)<sup>1</sup> a partir do final de 2010 — levou à reorganização das relações de forças na região, sejam elas as forças políticas internas de cada país, seja em relação à diplomacia regional, ou mesmo em relação à abordagem de potências estrangeiras aos desafios que surgiram nesse contexto (LEGRENZI e CALCULLI, 2013, p. 205). Este trabalho propõe-se a apresentar os fatores de origem da Primavera Árabe, estruturando-os em eixos temáticos e classificando-os como causas, condicionantes ou catalisadores. Assim, dois desafios surgem desde logo: como estruturar eixos de análise temática e em que nível de análise — se doméstico, regional, ou global — proceder este estudo.

Não é simples o desafio de abordar os fatores de causalidade da Primavera Árabe a partir da organização de eixos temáticos, mera e simplesmente agrupando-os de acordo com a área de estudo geral. Fazê-lo implica necessariamente em estabelecer subjetivamente um nível “aceitável” de generalizações que permita a análise de elementos que variam em cada país ou sob diferentes óticas. Mais que isso, os eixos temáticos têm interseções e interferências entre si, muitas vezes retroalimentando uns aos outros: em outras palavras, poder-se-ia descrever a Primavera Árabe como uma sobreposição de diversas crises inter-relacionadas.

Não obstante, feitas estas ressalvas, propor-se-á um esforço de sistematização de seus fatores de origem a partir dos eixos (1) sócio-político; (2) econômico-demográfico; (3) meios de comunicação; (4) fatores externos; e (5) confessionais. Ao longo do destrinchar de cada tema, procurar-se-á interpretar como e em qual medida cada fator apresentado — ou os subelementos sob eles agrupados — são relevantes para explicar as origens do fenômeno em tela. Trata-se de questionar, em última

---

<sup>1</sup> A nomenclatura *Middle East and Northern Africa* (MENA) é largamente utilizada por organismos internacionais, bem como pela diplomacia brasileira; trata-se do recorte que melhor circunscreve os países onde observaram-se as manifestações em análise nesse trabalho. Entender-se-á por países do MENA os seguintes: Arábia Saudita, Argélia, Bareine, Catar, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Israel, Jordânia, Coveite, Líbano, Líbia, Marrocos, Omã, Palestina, Síria, e Tunísia.

análise, se a Primavera Árabe ocorreria sem que determinado fator estivesse presente. Haveriam, por exemplo, manifestações na hipótese de países com situação econômica de pleno emprego, mas sem acesso aos direitos políticos e sociais? Ou, reversamente, em um contexto de crise econômica mas em plena democracia?

Com vista a atender essa necessidade analítica, propõe-se, mesmo que rusticamente, uma classificação dos fatores em (a) causas, (b) condições, e (c) catalisadores. Nessa proposta, entende-se por “causas” da Primavera Árabe aqueles fatores de motivação mais direta, ainda que estruturais. Não se confundem meramente com o estopim — ou “os estopins”: tratam-se de elementos que têm relação direta com o *status quo* que leva ao desencadear das manifestações. “Condições” referem-se a elementos subjacentes, que não podem ser consideradas causas, mas que, ausentes, não permitiram que se concretizasse o fenômeno da Primavera Árabe. Os “catalisadores”, por sua vez, referem-se a fatores não relacionados ao desencadear das manifestações — nem seriam condições — mas que, iniciadas as insurgências, encontram oportunidade para difundir-se e, em grande medida, influenciando o próprio entendimento do fenômeno em si.

Ressalve-se desde já que não se trata de rotular-se de forma absoluta cada eixo de análise ou fator, mas de estabelecer uma referência mínima — inclusive com a funcionalidade de “acordo semântico” — para que se os identifique como mais propriamente percebendo a uma ou a outra classificação. Isso significa dizer que um determinado fator pode — e provavelmente será — interpretado sob mais de uma ótica, podendo encaixar-se em mais de uma definição, em diferentes medidas.

O desafio quanto ao nível de análise mostra-se também complexo: a Primavera Árabe deve ser estudada como um fenômeno doméstico dos países onde ocorreu, como um movimento regional ou como um tema de interesse global? Propõe-se desde já uma hipótese prática: todos os níveis de análise são não apenas apropriados, como em grande medida necessários. Sem óbice à possibilidade de recortes metodológicos mais restritos, este estudo opta por entender a Primavera Árabe simultaneamente como um fenômeno uno, com reflexos na política internacional e na regional, e como uma série de fenômenos domésticos, que tomaram lugar em cada país do MENA. Globalmente, a Primavera Árabe é um desafio localizado, com

potencial de alastramento e com interesses geopolíticos de diversos atores. Regionalmente, refere-se a mudança quiçá veloz na configuração de poder entre os atores e com grandes riscos ou oportunidades para perdas e ganhos em relação aos vizinhos. No âmbito local, houve tantas Primaveras Árabes quanto houve países onde ocorreram as manifestações.

A dificuldade surge da constatação que os elementos dos níveis de análise interagem entre si, por vezes intensamente, por outras apenas indiretamente. Assim, sustenta-se que a compreensão do fenômeno requer um método de análise transversal, abordando-se simultânea e necessariamente elementos nos três níveis: domésticos, regionais, e globais.

O modelo das três imagens de Kenneth Waltz (2004) funciona para o presente estudo como inspiração à matriz analítica proposta. Na medida em que se transitará entre os níveis de análise interno, regional e internacional, há de se tecer considerações quanto aos indivíduos, aos estados e ao sistema internacional, buscando uma apreensão abrangente do fenômeno, à semelhança do que afirma o próprio autor: “as prescrições diretamente derivadas de uma única imagem são incompletas porque se baseiam em análises parciais. A qualidade parcial de cada imagem estabelece uma tensão que nos leva a incluir as outras imagens” (WALTZ, 2004, p. 284).

Em suma, entende-se a proposta desse artigo como uma tentativa de contribuição à compreensão do fenômeno Primavera Árabe, sugerindo uma estruturação que visa tanto uma separação teórica entre cada fator, como o estudo das relações entre eles, sem perder de vista seus diferentes reflexos nos diferentes níveis de análise. Como se constatará ao longo do texto, os fatores se relacionam e se interferem mutuamente, reforçando a hipótese de que a apreensão das origens fenômeno induz à busca em diversos níveis de análises, bem como nos diversos eixos temáticos. Dar-se-á início ao estudo dos eixos político e econômico – inter-relacionados de modo peculiar na região, e cujo descompasso crescente pode ser identificado nos episódios de estopim do fenômeno.

## 1. OS EIXOS DO CONTRATO SOCIAL ÁRABE

### 1.1. DIREITOS POLÍTICOS E SOCIAIS: DESAFIO AO AUTORITARISMO

O primeiro eixo — os direitos políticos e sociais — diz respeito à estafa sócio-política dos autoritarismos e à conseqüente incapacidade desses regimes promoverem a participação da maioria da população na vida pública. Se por um lado as monarquias da Península Arábica são regimes absolutistas (ou quase), repúblicas seculares como Egito, Líbia e Síria dificilmente poderiam ser consideradas menos autoritárias, com estados de sítio que persistiram por décadas e clara manutenção de determinados grupos e indivíduos no poder<sup>2</sup> (MALIK e AWADALLAH, 2011, p. 4).

Uma das conseqüências da conformação de regimes de cunho autoritário é o desprendimento da condução do Estado em relação à sociedade civil. Na medida em que a formação e interpretação do que seria o “interesse nacional” ficam restritas aos governantes, acabam sobrepostas pelos “interesses do regime” que correspondem, em última análise, a sua manutenção no poder (LEGRENZI e CALCULLI, 2013, p. 207).

A maleabilidade histórica dos governos árabes chama a atenção na medida em que possibilita a manutenção de poder via contenção das forças sociais autônomas. As poucas que subsistem nos países árabes são em geral militantes islamistas. Se inviável a cooptação, a resposta estatal costuma ser a repressão. À parte desses grupos, não havia quaisquer organizações significativas que se pudessem dizer independentes de seus regimes em termos financeiros, organizacionais ou funcionais (ALBRECHT e SCHLUMBERGER, 2004, p. 386).

Assim, as manifestações acabaram por surpreender muitos analistas políticos, no sentido em que alguns chegaram a afirmar que a região seria relativamente imune a tendências democratizadoras. Propunha-se até mesmo uma inversão da problemática, ao sustentar que falar de “fracasso da democracia” seria equivocado quanto ao funcionamento dos mecanismos políticos do mundo árabe, quando em

---

<sup>2</sup> Zine El Abidine Ben Ali na Tunísia (1987-2011), Hosni Mubarak no Egito (1981-2011), Muammar al-Gaddafi na Líbia (1969-2011), família al-Assad na Síria (Hafez al-Assad entre 1971 e 2000, Bashar al-Assad desde 2000).

verdade um processo exitoso de democratização que seria o “fracasso do autoritarismo” (ALBRECHT e SCHLUMBERGER, 2004, p. 386).

Apesar desse ceticismo teórico, não faltaram estudos e relatórios que apontassem descompassos entre a sociedade civil e a contrapartida estatal. O Relatório sobre o Desenvolvimento Humano Árabe de 2002 apontou três grandes déficits nos países árabes: liberdade, igualdade de gênero, e remuneração sobre conhecimento técnico (FARAH, 2011, p. 50). A atualização do estudo em 2009, ou seja, às vésperas do estopim da Primavera Árabe, propôs uma análise em quatro eixos: a legitimidade do estado na ótica dos cidadãos; a conformidade da atuação estatal às normas internacionais de direitos humanos; o modo como o estado utiliza o monopólio da força e da coerção; e em que medida mecanismos de pesos e contrapesos previnem abusos de poder. O estudo concluiu que os estados árabes mais significariam uma ameaça que uma garantia à segurança humana (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2009, p. 4).

Diante desse quadro complexo e contraditório, e apesar do evidente desequilíbrio de expectativa sócio-política, não surpreende que o ceticismo quanto a insurgências sociais permitisse considerar a Tunísia um país estável e de promissor desenvolvimento econômico (BRANCOLI, 2013, p. 47). Do mesmo modo, nesta análise *a posteriori*, também não causa espanto que a crônica do episódio-estopim dos distúrbios tenha elementos de corrupção e de abuso de poder, típicos de regimes autoritários e longevos:

(...) pela sétima vez em duas semanas, uma policial confiscou a banca de legumes de um jovem tunisiano, Mohamed Bouazizi. (...) nas últimas ocasiões em que tinha sido apreendido, apenas foi liberado mediante pagamento de propina. Ao tentar reaver novamente os itens, o vendedor teria recebido um tapa no rosto, dado por uma agente, que, além da agressão física, utilizou frases para humilhar o pai do tunisiano, morto quanto Bouazizi tinha três anos. (BRANCOLI, 2013, p. 45-46).

A crônica de Bouazizi, a culminar em sua autoimolação, provê narrativa poderosa para a identificação da coletividade com o indivíduo vitimado, cujo sacrifício acaba por servir de faísca aos levantes iniciais. Mais intensamente do que na Tunísia, percebe-se no Egito um dos principais exemplos de identificação da coletividade: a morte do blogueiro Khaled Said após ser espancado por dois policiais

por publicar na *internet* um vídeo com evidências de suborno de agentes estatais de segurança levou à criação do movimento “Somos todos Khaled Said”. Com isso, as manifestações no país a partir das mídias sociais foram impulsionadas, sendo uma das primeiras experiências de uso da *internet* para mobilização coletiva na Primavera Árabe (FARAH, 2011, p. 46). A recorrência desses “gatilhos emocionais” é elemento típico de manifestações como as da Primavera Árabe (CARVALHO PINTO, 2011, p. 4).

Em paralelo à projeção da narrativa individual à sociedade, a inspiração e ressonância entre as sociedades cumpre função importante e ambivalente de causa e consequência: os sucessos e retrocessos (parciais ou não) em um determinado país influenciaram diretamente os acontecimentos nos demais. Episódios como a queda de Ben Ali na Tunísia, ou como a morte de Gaddafi na Líbia, furta dos governantes a “aura de intangibilidade” construída ao longo dos anos e simultaneamente informa às sociedades vizinhas da possibilidade efetiva de conquistas políticas por meio da manifestação civil.

O rompimento da intangibilidade do autoritarismo permite, portanto, que se manifestem tendências estruturais latentes na estrutura socioeconômica dos países do MENA. O desgaste do autoritarismo deriva intrinsecamente da deterioração do “contrato social árabe”: o modelo de estado em que há a barganha da liberdade política como contrapartida a uma estrutura de bem-estar social<sup>3</sup>. Ocorre que a capacidade de os estados prestarem a contrapartida socioeconômica — fosse por meio da geração de oportunidades, fosse pela prestação direta de assistência — decaiu nas últimas décadas (AMIN, 2012), sem que houvesse aberturas à participação política: efeito sentido ainda mais intensamente entre as camadas jovens da população.

---

<sup>3</sup> O conceito é analisado em relatório do Banco Mundial, que arrola seis atributos do contrato social árabe: preferência pela redistribuição de riqueza; preferência pela gestão estatal da economia em detrimento dos mercados; adoção de industrialização por substituição de importações; dependência do planejamento estatal para determinação de prioridades na economia; visão ampla do papel do estado como provedor de bem-estar e serviços públicos; e visão da arena política como expressão de unidade orgânica, não de contestação. A consequência desses atributos é a tendência de formação de estados “intervencionistas-redistributivos” de características autoritárias, centralizadoras, de partido único (ou sem partido) e socioeconomicamente provedores (BANCO MUNDIAL, 2004, p. 25-26).

Também é digno de nota observar que o desengatilhar de manifestações populares viabilizou a manifestação (e eventuais insurgências) tanto de segmentos minoritários quanto de grupos que, ainda que demograficamente majoritários, não encontram espaço de manifestação política. Do primeiro caso, sublinha-se a importância da presença feminina nas manifestações, que reflete as graduais e subjacentes conquistas de espaço político nas últimas décadas (AL-ALI, 2012, p. 27) ao passo que reforça a legitimidade das manifestações populares.

Do segundo caso — os grupos majoritários mas apartados da esfera política — sublinham-se dois exemplos ligados à questão sectária: as manifestações no Bareine, país de monarquia sunita mas de ampla população xiita, e as revoltas na Síria, país institucionalmente secular mas de população amplamente sunita e governo xiita (alauíta). Em ambos os casos, a onda da Primavera Árabe cria *momentum* que permite manifestações e insurgências de grupos que não viam atendidas expectativas de participação política, abrindo oportunidade de manifestação e, particularmente nos dois casos citados, de conflitos mais acentuados: a intervenção emirática-saudita no Bareine e a guerra civil síria.

Por fim, é curioso notar que algumas questões se colocam na intersecção entre fatores sociais e econômicos, reforçando também a percepção de crises sobrepostas. No Egito, por exemplo, para o matrimônio, é necessário que o homem tenha uma prova de propriedade na qual possa residir com sua família. Dessa forma, o contexto economicamente adverso dificulta sobremaneira a capacidade de muitos egípcios — especialmente os jovens — em concretizarem legalmente o matrimônio, elemento importante na cultura mulçumana (CARVALHO PINTO, 2011, p. 4).

## 1.2. O DESCOMPASSO ECONÔMICO-DEMOGRÁFICO

Na gênese do contrato social árabe está o modelo de estado “rentista”<sup>4</sup>, amplamente dependente da atividade extrativista para a geração de renda nacional. Refere-se, na análise em tela, à exploração petrolífera da qual dependem a grande

---

<sup>4</sup> A expressão comumente usada é “*rentier state*”; opta-se pela utilização da nomenclatura “rentista” na falta de termo mais apropriado em português.

maioria dos estados do MENA — direta ou indiretamente, em maior ou em menor grau<sup>5</sup>.

A renda advinda da exportação de hidrocarbonetos<sup>6</sup> tem por consequência, entre muitos outros efeitos, o sobrepeso da economia governamental, reforçando simultaneamente a capacidade dos regimes em aplicar medidas distributivas e reforçar a barganha de governabilidade implícita no contrato social. Desta feita, observou-se durante a Primavera Árabe que justamente aqueles países com excedentes maiores de recursos financeiros aplicaram medidas de benefício econômico à população (ROGAN, 2011, p. 6). Exemplos disso são, além de programas de incentivo à nacionalização de mão de obra<sup>7</sup>, medidas de redistribuição direta ou indireta de renda, como no caso do Coveite, que literalmente distribuiu dinheiro para nacionais nascidos até fevereiro de 2011 (CARVALHO PINTO, 2011) ou da Arábia Saudita, que aumentou o orçamento de programas sociais em aproximadamente US\$ 11 bilhões (financiamento à moradia, educação, etc.) e decretou aumento de 15% no salário do funcionalismo público (CAREY e FATTAH, 2011).

O modelo econômico assim caracterizado induz a que os recém-ingressados no mercado de trabalho optem por preparar-se para o ingresso no serviço público, o que tem por consequência tanto a carência de postos de trabalhos públicos como também a falta de mão-de-obra qualificada para as atividades típicas dos setores industriais privados. Assim, forma-se gradualmente um contingente de jovem população economicamente ativa não apenas desempregada mas “não empregável”, e que não tem atendidas suas expectativas. A estrutura salarial do setor público reforça essa tendência, ao passo que a postura provedora do paradigma de estado de bem-estar

---

<sup>5</sup> “Indiretamente” no sentido de que mesmo os países que não produzem petróleo recebem grandes quantias de remessas ou ajudas regionais (AMIN, 2012); em “maior ou menor grau” porque mesmo nos estados em que a produção é relativamente pequena, a renda advinda desse setor compõe larga fração do total nacional. Complementarmente, como apontam Malik e Awadallah (2011, p. 5), “*where oil is scarce, foreign aid takes over*”.

<sup>6</sup> As exportações de óleo e gás na região respondem por mais de 80% da pauta agregada de exportação (MALIK e AWADALLAH, 2011, p. 5)

<sup>7</sup> A título de exemplo, cite-se o programa de fomento à mão-de-obra nacional dos Emirados Árabes Unidos: “*emiratisation*”.

contribui para a acentuação da expansão demográfica (MALIK e AWADALLAH, 2011, p. 7), levando ao “inchaço de jovens”<sup>8</sup>.

A combinação da expansão demográfica entre as faixas etárias mais jovens, com progressiva redução da capacidade dos estados em cumprirem seu lado da barganha de governança — fatores que se reforçam e retroalimentam — leva aos altíssimos índices de desemprego na região. É nesse contexto que se deve interpretar a constante presença de grupos jovens ao longo da Primavera Árabe.

Diante do exposto, os índices pouco surpreendem: no conjunto de países do MENA, o desemprego entre jovens alcançava, em 2010, o valor de 25% (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2014, p. 64). Equivale dizer que um a cada quatro jovens que buscaram emprego no ano não encontraram oportunidade.

**Tabela 1: Visão geral do mercado de trabalho na região do MENA (%)**

		2009	2010	2011	2012
Taxa de desemprego	<i>Total</i>	10,4	10,7	11,3	11,5
	<i>Jovens</i>	23,8	25,0	27,0	27,9
Taxa de crescimento do PIB		3,1	5,1	2,7	5,8

*Fonte: Global Employment Trends 2014 (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2014)*

Observa-se, assim, uma intrigante ironia. Argumenta-se que entre os motivos do não encorajamento do desenvolvimento do setor privado está o receio das elites governantes em criar ou fortalecer uma classe média, conceitualmente mais crítica e politicamente desafiadora (MALIK e AWADALLAH, 2011, p. 23). Entretanto, como argumentado, a carência de um setor privado dinâmico enfraquece a capacidade da economia de gerar empregos, acentuando o descompasso entre a expansão demográfica e a (in)capacidade econômica dos países, contribuindo, em última análise, ao surgimento da Primavera Árabe.

---

<sup>8</sup> A expressão comumente usada nos papéis acadêmicos é “*young bulge*”.

## 2. MEIOS DE COMUNICAÇÃO TRADICIONAIS E NOVAS MÍDIAS

A função desempenhada pelos meios de comunicação durante a Primavera Árabe ganhou bastante destaque nas coberturas e análises realizadas ao longo do fenômeno. Essa percepção foi especialmente acentuada no momento em que alguns governos, como Tunísia e Egito, tentaram suspender o acesso à *internet* em nível nacional, no intento de subtrair dos manifestantes a capacidade de coordenação dos movimentos.

Na proposta deste artigo, a compreensão do papel dos meios de comunicação na Primavera Árabe é imprescindível na medida em que viabiliza que um movimento originalmente adstrito às fronteiras de um pequeno país — a Tunísia — propague-se para os demais países do MENA. Em outras palavras, a mídia foi o canal primário por meio do qual o fenômeno transitou de um nível de análise doméstico para o regional, e deste para o internacional.

Contudo, é temerário indicar os meios de comunicação na lista de “causas” da Primavera Árabe. Opta-se, aqui, por abordá-los como condicionantes — elementos estruturais pré-existentes que permitem que o fenômeno se propague, replique e eventualmente adquira suas diversas dimensões: nacionais, regionais e global. Em suma, equivale a afirmar que sem as redes de comunicação, fossem as realidades nacionais herméticas às notícias dos países vizinhos (como outrora já o foram), muito provavelmente não se caracterizaria o fenômeno da Primavera Árabe tal como se entende hoje: dificilmente os levantes transpassariam as fronteiras tunisianas, e, se porventura o fizessem, não o fariam com a velocidade que se verificou.

Dadas as naturezas diferentes — e conseqüentemente os papéis desempenhados — das mídias tradicionais e das novas mídias, propõe-se a subdivisão da análise. Ao abordar as mídias tradicionais, destacar a propagação da televisão via satélite e o surgimento de redes de notícias de países árabes, dentre as quais o portal Al Jazeera, é incontornável; sua atuação, aliás, foi objeto de controvérsia política durante a Primavera Árabe. A seguir, ao se discorrer sobre as chamadas novas mídias, convém sublinhar tanto os elementos intrinsecamente colaborativos das mídias sociais quanto a natureza transfronteiriça da *internet*.

## 2.1. OS MEIOS DE COMUNICAÇÕES TRADICIONAIS

Noutrora dominadas pelos governos, com vistas a conduzir os movimentos na direção das políticas oficiais<sup>9</sup>, houve dois momentos recentes de inflexão na configuração da mídia tradicional no Oriente Médio — e por “mídia tradicional” entende-se essencialmente a dos canais televisivos. O primeiro ponto de inflexão observa-se na década de 1990, momento a partir do qual a gradual difusão da transmissão televisiva por satélite leva à ampliação do acesso à informação independente dos canais oficiais, normalmente adstritos às fronteiras nacionais. O segundo é a fundação da rede Al Jazeera em 1996, cujo papel na Primavera Árabe é ambivalente o suficiente para colocar-se não apenas como condição à propagação do movimento como também catalisadora desse.

A difusão dos meios de comunicação durante a década de 1990, potencializada pela popularização das redes por satélite, passaram a prover fontes alternativas de conteúdo para os países árabes, circunvencionando as opções restritas aos canais controlados pelos governos e comumente instrumentalizados no sentido de reforço ao poder dos regimes (BRANCOLI, 2013, p. 40).

Ato contínuo, a fundação da rede televisiva Al Jazeera em 1996 propicia um novo e diferente espaço de difusão de informações na região. Na qualidade de mídia árabe pioneira, trata-se do primeiro momento em que há um veículo de comunicação regional moderno — com estrutura comparável às redes ocidentais — endógeno ao MENA. O canal propiciou projeção interna e externa à realidade árabe, ou, noutras palavras, promoveu a reflexão interna da região ao mesmo tempo que ofereceu ao restante do mundo a sua abordagem dos acontecimentos. Dessa forma, reforçou a ideia de comunidade regional, aumentando e potencializando a capacidade de identificação entre os povos (BRANCOLI, 2013, p. 40-42).

Durante a Primavera Árabe, a rede televisiva fez-se ostensivamente presente ao longo do movimento, realizando a cobertura das manifestações tanto em árabe

---

<sup>9</sup> “Desde a década de 1950, o controle da mídia naquela região foi uma das primeiras medidas tomadas por ditadores para assegurar a autoridade e a pretensa estabilidade regional” e “uma das principais formas de as novas lideranças conseguirem transformar os golpes de Estado em revoluções” (BRANCOLI, 2013, p. 40).

quanto em inglês. Sendo a principal das redes tradicionais a cobrir o fenômeno, a Al Jazeera cumpriu a função de processar primariamente as informações brutas, processo basilar para sua propagação pelas mídias sociais em um segundo momento (PUDDEPHATT, 2011, p. 20). Ainda, ao projetar os acontecimentos para os demais países da região, impulsionou o contágio das manifestações ao retratar a tangibilidade do desafio aos governos<sup>10</sup>.

Contudo, não se pode ignorar o fato de que se trata de rede estatal, de propriedade do Estado do Catar. Assim, a evolução da política externa catariana ao longo da Primavera Árabe incorreu em ajustes editoriais na cobertura jornalística da rede, vindo a relativizar o apoio inicial às revoltas e implicando em diferenciação de ênfases na transmissão dos acontecimentos (CHERKAOUI, 2014). A partir do momento em que se percebe a rede Al Jazeera como instrumento de política externa (SORJ, 2015, p. 30), deve-se também admitir que o canal cumpre função não apenas de viabilizar a propagação do movimento, como se vinha argumentado, mas também de catalisador, agindo ativamente como um ator externo, conforme falar-se-á mais à frente.

## 2.2. AS NOVAS MÍDIAS E O EFEITO CONTÁGIO

A expressão “novas mídias” refere-se de maneira ampla aos novos e recentes meios de comunicação, que se contrapõem às mídias tradicionais, como televisão, rádio, imprensa escrita. Hoje, equivale essencialmente à segunda geração da *internet*<sup>11</sup> e à difusão do acesso individualizado, principalmente por meio de telefones celulares.

O acesso à *internet*, a partir de meados da década de 2000, e a popularização do uso da rede via aparelhos celulares, na década de 2010, impulsionaram a difusão das mídias sociais. A natureza essencialmente colaborativa dessas ferramentas

---

<sup>10</sup> *Al filmar las protestas en la plaza Tahrir en Cairo veinte y cuatro horas al día y enviar reporteros que incluso fueron arrestados varias veces, con sus reportajes ellos enseñaron a las poblaciones de los demás países que era posible cambiar el sistema político con manifestaciones pacíficas.* (CARVALHO PINTO, 2011, p. 11)

<sup>11</sup> A web 2.0 é termo que se refere à atual geração da *internet*, caracterizada pela capacidade de os usuários alimentarem a rede, não estando mais na posição de meramente consumidores de conteúdo.

permite que se circunde a mídia tradicional, ainda sujeita à regulação oficial, assim como viabiliza a difusão da informação para além de fronteiras. Nesse sentido, é instrumental apontar que os egípcios, por exemplo, souberam dos acontecimentos na Tunísia por meio das publicações dos próprios tunisianos em redes sociais (PUDDEPHATT, 2011, p. 19-21).

A *internet* é um desafio singular aos governos e ao conceito que têm de soberania. Sua gênese essencialmente transfronteiriça implica num paradoxo diferenciado na ótica da cooperação internacional: enquanto outros temas de colaboração internacional, como harmonização de elos de telecomunicações, surgem em contexto nacional, demandando cooperação entre os países para estabelecimento de padrões comuns entre si, a *internet* enquanto tema global segue direção oposta, uma vez que, já sendo internacionalizada por vocação, os esforços dos estados são mais no sentido de limitá-la que de expandi-la (PUDDEPHATT, 2011, p. 24).

Alguns autores apontam a necessidade de modular-se a importância das mídias sociais na Primavera Árabe, dada sua relativamente baixa inserção social (BRANCOLI, 2013, p. 43). Não obstante, é importante também destacar que essa relativização não lhe furta o caráter de difusão, pela existência a partir de “pessoas-chave”. Em outras palavras, não é essencial que a informação postada virtualmente alcance a todos os destinatários finais — manifestantes —, mas sim que atinja pessoas específicas que a propaguem de modo que o movimento seja capaz de um mínimo de coordenação. Fenômeno dessa natureza ocorreu no Egito: publicações convocando protestos eram impressas e distribuídas nas ruas, potencializando a capacidade de mobilização coletiva (PUDDEPHATT, 2011, p. 21).

Em suma, o desenvolvimento dos meios de comunicação — sejam os tradicionais, sejam os novos — especialmente ao longo das duas últimas décadas caracteriza-se como um fator condicional à caracterização da Primavera Árabe. Mesmo que com algumas ressalvas, é nesse sentido que se propõe interpretar a combinação das mídias tradicionais, capaz de ampla cobertura estruturada e do processamento de informações “brutas”, com o espaço virtual como fórum colaborativo propiciado pela *internet*, intrinsecamente transfronteiriça, a permitir a coordenação coletiva de movimentos de massa descentralizados.

### 3. ATORES EXTERNOS

Propor a atuação de atores externos como fator de origem da Primavera Árabe remete o problema ao desafio introdutório quanto ao nível de análise. Atores “externos” a quem? Ao analisarmos o MENA como um bloco e a Primavera Árabe como um evento uno, o “externo” remeterá à atuação dos atores de fora do MENA ou transversais à região, especialmente as grandes potências e as organizações internacionais relacionadas. Contudo, ao pensar que cada país do MENA é singular e que existem tantas Primaveras Árabes quantos países em que ocorreram as manifestações, o “externo” passa a denotar tanto a conduta desses atores em cada país como também a conduta dos próprios países do MENA uns em relação aos outros. Ambos os níveis de análise são importantes.

#### 3.1. OS ATORES EXTRA-MENA

O Oriente Médio está na interseção geográfica de três continentes, conformando historicamente rotas tradicionais de intercâmbio entre civilizações longínquas. Trata-se da região onde tiveram origem as três grandes religiões monoteístas. Detém as maiores reservas de hidrocarbonetos no mundo. Em suma, não são poucos fatores que colocaram — e colocam — a região no centro de disputas geopolíticas globais, a ponto de a própria formação do sistema de estados médio-oriental ser em grande parte consequência da ocupação e dominação das potências estrangeiras (VISENTINI, 2014, p. 4).

Destarte, na medida em que esse artigo se propõe a perscrutar fatores de origem da Primavera Árabe a partir de eixos estruturais dos países do MENA (política, economia, valores), e sendo a atuação dos atores externos um dos principais elementos que explicam a concepção desses países, é razoável reconhecer que elementos externos são também causas, ainda que indiretas e estruturais, das manifestações em tela<sup>12</sup>. Isso importa em reconhecer a importância da história da

---

<sup>12</sup> Casos seriam abundantes. Trata-se, por exemplo, de reconhecer a importância de episódios como o imperialismo europeu na região, bem como dos movimentos de descolonização posteriormente (OURO PRETO, 2011, p. 30-33).

região para a formação dos estados que hoje a integram, incluindo nessa ponderação o peso da atuação de atores externos. Não se compreenderá, por exemplo, a realidade interna do Iraque hoje sem levar em conta a invasão estadunidense de 2003 e seus desdobramentos, assim como não se compreende a influência histórica da Síria na política interna do Líbano sem remeter-se à ocupação francesa de décadas antes (FILDIS, 2011).

Isso não equivale a subscrever as teses de condução do fenômeno por atores externos ao MENA, sejam potências, ou organizações internacionais: a Primavera Árabe é desencadeada por forças internas à região e aos países que a compõem, independentemente das influências históricas na configuração dessas forças. Do mesmo modo, os elementos internos são os principais condutores do processo, apesar de não mais deterem seu monopólio depois de iniciadas as manifestações. Isso significa que, iniciada a Primavera Árabe, a miríade de interações, crises, e relações entre os diversos atores que a compõem cria ambiente que permite a inserção de atores externos, que passam a influenciar seus desdobramentos. Nesse sentido, cumprem a função que introdutoriamente propôs-se como de “catalisadores”.

No momento em que se estabeleceu um contexto propício a insurgências populares — ou seja, após o estopim e estabelecido o efeito de contágio —, a Primavera Árabe entrou na agenda internacional. A partir desse ponto, as expectativas de apoio ou represália estrangeira passam a ter peso de motivação ou de desencorajamento. Nesse sentido, direta ou indiretamente, a atuação dos agentes externos ao MENA pode ser considerada elemento de causalidade da Primavera Árabe, no mínimo em função das expectativas quanto a suas atuações<sup>13</sup>.

Não obstante, para além da mera expectativa quanto a apoios ou condenações de discurso, houve espaço e oportunidade de envolvimento direto no fenômeno. Assim podem ser interpretadas as iniciativas da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na Líbia, sob patrocínio e liderança mormente franceses. À parte da controvérsia quanto aos limites das resoluções do Conselho de Segurança da ONU, a

---

<sup>13</sup> Nesse sentido, é que se pode compreender a revisão da política estadunidense de apoio a Mubarak no Egito como motivação à revisão de políticas por seus aliados tradicionais na região, principalmente a Arábia Saudita (LYNCH, 2011), e a frustração de, manifestantes no Bareine quando a expectativa não atendida de apoio estrangeiro (KHALIL, 2012).

intervenção estrangeira foi determinante para restringir a capacidade de resistência de Gaddafi (VISENTINI, 2014, p. 293).

### 3.2. AS RELAÇÕES INTRARREGIONAIS

É provavelmente na análise intrarregional que se identifica o principal fator causalidade da Primavera Árabe que pode ser considerado “externo”: a própria Primavera Árabe. Os sucessos e retrocessos em cada país motivaram e desencorajaram, desde os primeiros episódios, os acontecimentos nos demais. A cada governante deposto, quebra-se mais o mito da impossibilidade de contestação ao poder posto; a cada novo levante, mais propício fica o contexto regional para novas insurgências (BRANCOLI, 2013, p. 22, 64, 129).

A queda de Ben Ali em Túnis dá forte impulso às manifestações contra Mubarak no Cairo (BRANCOLI, 2013, p. 64). Os acontecimentos no Egito, por sua vez, impulsionaram sobremaneira os protestos em outros países, dada sua muito maior projeção geopolítica se comparada à Tunísia. Cria-se um *momentum* que encoraja novos movimentos em outros países, pois o desafio à autoridade, antes inviável, passa a parecer factível.

Por consequência direta, os demais atores regionais passam a se posicionar e agir. Os governos, em geral visando prevenir ou conter manifestações semelhantes entre seus cidadãos ou súditos; as sociedades civis, organizando-se e promovendo encontros públicos. É nesse quadro narrativo que se pode compreender, por exemplo, a intervenção saudita-emirática no Bareine: uma ação militar visando a resguardar uma monarquia sunita no pequeno país de maioria xiita vizinho à Arábia Saudita, e, alega-se, a receber considerável influência do xiismo iraniano (CARVALHO PINTO, 2011, p. 9-11).

A posição das monarquias no caso bareinita contrasta com aquela adotada em relação à Líbia, em que as coroas não apenas apoiaram como intervieram ativamente visando à queda de Gaddafi. Os posicionamentos nesse episódio são particularmente importantes para a caracterização da Primavera Árabe na Síria, por exemplo, com cada lado — governo e insurgentes — fazendo cálculos considerando os posicionamentos e as potenciais intervenções estrangeiras.

Em suma, considera-se o efeito de “contágio” das manifestações nos países do MENA, criando a percepção de “onda” inerente à Primavera Árabe, como o principal fator de origem do fenômeno que pode ser atribuído a atores externos. Veem-se as sociedades inspiradas e motivadas umas pelas outras, ressonando as narrativas individuais e coletivas, que ganham projeção, antes inédita na região, graças aos novos meios de comunicação disponíveis.

#### 4. O ISLAMISMO POLÍTICO

Até este ponto do trabalho, abordaram-se fatores de origem da Primavera Árabe, entendida na sua forma regional, como evento uno; e também entendida como uma série de eventos nacionais. Propôs-se a análise baseada na identificação mútua entre cada país, mas entendendo-os separadamente. Contudo, há um fator de identificação transversal que serve também de vetor de identificação entre essas sociedades, que é a religião islâmica.

Dado, entretanto, o enfoque aos fatores de origem da Primavera Árabe, mais que a dimensão religiosa, importa analisar o aspecto político da religião. Assim, para se compreender o islamismo — termo pelo qual se faz referência à militância política baseada no Islã — deve-se perquirir, ainda que sucintamente, os elementos que o distinguem da matriz religiosa em sentido estrito, para depois apontar-se sua importância como elemento catalisador do fenômeno.

##### 4.1. A MATRIZ IDEOLÓGICA

Reconhecendo a sensibilidade do tema ao abordar a influência da religião no desencadear das manifestações da Primavera Árabe, convém desde logo buscar estabelecer a diferenciação entre o Islã e o islamismo. O Islã é uma religião monoteísta ampla, com extenso desdobramento ético-normativo nas demais esferas da vida. Conseqüentemente, o termo Islã pode referir-se ao conjunto de crenças, à religião *stricto sensu* — seus rituais, normas, dogmas, *etc.* —, a uma comunidade — a *ummah* — e a um modo de viver — a aplicação da xaria na determinação dos demais aspectos da vida (DEMANT, 2013, p. 35). As diferentes interpretações

desses três elementos — a religião, a *ummah*, e a aplicação da xaria — é o que leva às diferentes vertentes do Islã, e, posteriormente, ao surgimento e à ascensão do islamismo político.

Para compreender o islamismo é necessário compreender a história do Islã a partir do binômio de unidade-diversidade. O Islã tende a ser uno quanto às suas fontes, dogmas e princípios; mas se diversifica a partir de suas interpretações, seja por fatores endógenos — como a vertente sunita, xiita, salafista, e outras —, seja por fatores exógenos — a expansão para diferentes regiões e, portanto, o contato com diferentes culturas (RAMADAN, 2012, p. 68). Assim, o entendimento do Islã como uma civilização monolítica evolui para o de uma que permite variações, mutações, diversidade: “uma referência religiosa única, expressada de diferentes maneiras em diferentes períodos históricos, perspectivas intelectuais e culturas” (RAMADAN, 2012, p. 69).

Assim, a expansão geográfica da religião em seus primórdios leva à flexibilização da ideia de unidade islâmica no momento em que passou a formar estados multiculturais. As diferentes culturas, ainda que convertidas ao Islã, também influenciam-no (RAMADAN, 2012, p. 68). Com o passar dos anos, e especialmente a partir do século XX, essa progressiva flexibilização e diversificação dos conceitos passa a gradualmente a dar espaço à conformação de estados de inspiração nacional-secularista, que estabelecem a separação entre poder político e religioso e, portanto, reduzindo ou suprimindo a aplicação da xaria aos aspectos da vida extraconfessional (DEMANT, 2013, p. 90; RAMADAN, 2012, p. 76-78).

Da reação às ideologias secularistas, que ganham espaço a partir do século XIX por influência da filosofia política ocidental, é que o islamismo político desenvolve-se ao longo do século XX. O modernismo globalizante ocidental é identificado, na concepção do islamismo político, com a dominação colonialista, com a degradação sócio-moral, com a carência econômica; dessa forma, em resposta, demanda uma proposta alternativa de estado (LAPIDUS, 1997, p. 445-446). O islamismo político recorre a uma interpretação literal-fundamentalista do Islã, propondo um modelo de estado conforme seus ditames. Trata-se de restringir a flexibilização de interpretações do Islã que, por ser a manifestação da vontade de Deus, não pode ser

questionado. É rejeitar a filosofia ocidental, centrada no ser humano e sua racionalidade. Para a leitura fundamentalista, o Islã é dogmaticamente autorreferencial, autossuficiente e universal (DEMANT, 2013, p. 206).

Dessa forma, não há mais margem para interpretação quanto à importância da aplicação da xaria a todos os aspectos da vida humana — pois não cabe ao homem contestar as leis divinas mas buscar no Islã as normas para a conduta em todas as esferas. Paralelamente, reforça-se a vocação internacionalista do Islã, pois o conceito de *ummah*, a ideia de unidade da civilização islâmica, não reconhece as fronteiras estatais.

Em resumo, o islamismo político caracteriza-se como uma “ideologia política antimoderna, antissecularista e antiocidental” (DEMANT, 2013, p. 201), que propõe o resgate individual dos valores originais do Islã, como base para a renovação de uma comunidade religiosa solidária, e assim o estabelecimento e a expansão o reino de Deus. Surge como “reação à modernização globalizante” no Oriente Médio, que encontra espaço para desenvolver-se a partir do fracasso das experiências nacionais secularistas em promover o desenvolvimento dos países na região (LAPIDUS, 1997, p. 445-446).

#### 4.2. ISLÃ E ISLAMISMO NA PRIMAVERA ÁRABE

A variável religiosa é determinante para o desencadear das manifestações no MENA? Por um lado, houve menos manifestações em países com maiores excedentes econômico-financeiros — Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos destacadamente —, evidenciando o peso da variável econômica. A difusão do Islã na sociedade, por outro lado, não encontra a mesma correspondência: Tunísia, Egito e Síria são repúblicas de proposta secular, com tradições relativamente maiores de tolerância e de pluralidade étnica e religiosa<sup>14</sup> em contraste às monarquias da

---

<sup>14</sup> O pluralismo religioso é suficientemente forte na Tunísia, a ponto de o principal partido islamista, o *Ennahda*, ter se comprometido com o princípio durante a transição política, ainda que com alguns retrocessos pontuais. O Egito e a Síria foram dois dos princípios expoentes do pan-arabismo, unindo-se temporariamente sob a proposta da República Árabe Unida. A proposta do pan-arabismo, ao centrar-se na dimensão étnica – árabe – relativiza a influência do Islã como elemento de identidade nacional (VISENTINI, 2014, p. 22).

península arábica, mas são três dos principais países em que ocorreram episódios da Primavera Árabe.

O caso da Arábia Saudita parece, nesse ponto, simbólico para demonstrar a preponderância do eixo econômico sobre o religioso: o país projeta-se interna e externamente como bastião do Islã sunita (wahabista), sendo uma monarquia absolutista e com aplicação estrita da xaria. As manifestações observadas durante a Primavera Árabe deram-se no norte do Reino, em cidades de predominância xiita. Ainda assim, os levantes foram contidos com relativa facilidade, por meio da expansão de benefícios econômicos e repressão direta, sem maiores riscos ao governo, que logo passou a agir na contenção das manifestações no Bareine e nos demais países da região.

O islamismo político, por sua vez, deve ser analisado com maior cautela. Apesar de não se fazer presente na deflagração do fenômeno, é elemento fundamental para sua caracterização e desenvolvimento imediato, na medida em que é uma das únicas — senão a única — plataforma de organização da sociedade civil não necessariamente vinculadas aos governos (ALBRECHT e SCHLUMBERGER, 2004, p. 386). Portanto, mesmo não tendo dado início à Primavera Árabe em si, após iniciados os protestos e levantes, os segmentos do islamismo político — desde a Irmandade Mulçumana no Egito até o grupo Estado Islâmico na Síria — tiraram proveito do momento favorável ao seu envolvimento político — (RAMADAN, 2012, p. 14), seja pela via pacífica, no caso do primeiro, seja pela via combativa extremada<sup>15</sup>, no segundo. Em ambos os casos, porém, agem como elementos propulsores — catalisadores do fenômeno — a ponto que seria muito difícil imaginar a própria Primavera Árabe como tal entendida sem suas presenças (BRANCOLI, 2013, p. 130).

---

<sup>15</sup> A atuação do grupo Estado Islâmico, adjetivada aqui como “combativa extremada” diferencia-se pelos métodos que combinam *expertise* de guerra e eficiente propaganda midiática, além de apresentar uma dimensão territorial em níveis inéditos para grupos islamistas modernos. Sobre sua ideologia e correlação com outros grupos islamistas: “As an Islamist (...) group, ISIL follows the Islamic fundamentalist trend, as many militant Islamist groups in the region do, and like Al-Qaeda, ISIS adheres to a radical and political form of Islam; it holds certain beliefs that are common among Islamic fundamentalist groups, the most important of them being the idea that Islam is the comprehensive and exclusive solution for all political, economic and social problems of the world” (CHARLES RIVER EDITORS, 2014, p. 37)

Assim, destaca-se desde logo que o islamismo político — entendido como o movimento de leitura fundamentalista do Islã que visa à consecução da *ummah* por meio da atuação política, submetendo o secular ao espiritual, conforme os preceitos da xaria —, manifesta-se ironicamente de modos diferentes em diferentes lugares. Ironicamente porque, como apresentado no tópico anterior, a ideologia do islamismo político rejeita a multiplicidade de visões do Islã, e mais ainda as visões externas ao Islã. Se todas têm em comum a busca da preponderância das normas religiosas nas demais esferas da vida, os métodos pelos quais buscam esse objetivo diferem largamente. Na experiência ao longo da Primavera Árabe, o contraste dos casos de Egito e Síria são instrumentais ao argumento, assim como o desenrolar dos fatos na Tunísia.

O Egito é o local de surgimento e afirmação da Irmandade Mulçumana na década de 1920. Considerado um grupo à margem da legalidade na maior parte de sua história, conquista espaço na sociedade egípcia com uma proposta de islamismo político pacífico e expande-se para outros países a partir da década de 1960 — por exemplo, a Tunísia. Desencadeadas as manifestações no Egito, a Irmandade Mulçumana toma parte nos protestos desde cedo, ao lado dos movimentos jovens e de outros segmentos da sociedade — inclusive os de outras religiões. Contudo, com décadas de experiência como grupo, a Irmandade mostra maior coesão, com agilidade política para aproveitar a oportunidade, estruturar um partido e, a seguir, alcançar o poder pela via eleitoral, em 2012, liderada por Mohammed Morsi. Contudo, o breve ano em que a Irmandade esteve à frente do Egito foi caracterizado pelo constante embate político. Destaca-se aqui o debate quanto à nova constituição — e a inserção ou não de preceitos islâmicos. Sem adentrar no mérito a respeito, importa sublinhar que a resistência ao islamismo da Irmandade Mulçumana esteve entre os argumentos que os opositores de Morsi — líderes de outras religiões, sociedade civil e, principalmente, os militares — levantam para destituí-lo da Presidência, desencadeando a seguir ampla perseguição ao grupo (VISENTINI, 2014, p. 163-165).

No contexto sírio, a ascensão do grupo Estado Islâmico contrasta agudamente pela opção (e eficiência) militar, pela utilização de meios modernos de propaganda, e em sentido amplo, pelo pragmatismo de sua atuação, além de métodos amplamente

rotulados de “terroristas” (NAPOLEONI, 2015, p. 16-22). Não obstante, destaca-se aqui a sua expansão para o conflito civil sírio como o aproveitamento de uma oportunidade propiciada pela Primavera Árabe e seus efeitos. O grupo tem suas raízes nos focos de resistência à invasão estadunidense no Iraque em 2003, assumindo diversas formas e rótulos ao longo dos anos. Instaurado o conflito na Síria, encontra amplo espaço para expandir sua presença geopolítica, aproveitando o vácuo de soberania estatal desde o norte do Iraque e tomando posições estratégicas — como a cidade de Mosul, no norte iraquiano. A partir de uma leitura fundamentalista estrita da vertente sunita do Islã, aplica visão revivalista que bem retrata a negação a qualquer visão alternativa àquela que deriva dos dogmas religiosos, e a declaração de reinstalação do Califado explicita a proposta de resgate da *ummah* e mesmo sua expansão (CHARLES RIVER EDITORS, 2014, p. 37).

Na Tunísia, apesar de alguns retrocessos pontuais — inclusive com episódios de violência<sup>16</sup> — observou-se capacidade suficiente de diálogo a permitir que os movimentos secularistas alcançassem entendimento com os grupos islamistas na elaboração da nova constituição<sup>17</sup>, promulgada em janeiro de 2014. Sendo o país do estopim da Primavera Árabe, as manifestações na Tunísia envolveram diversos segmentos da sociedade. A tradição secular, contudo, permitiu a instauração de debate menos extremado, de modo que a experiência tunisiana do islamismo político permite contraste analítico aos casos de Egito e Síria. Da oportunidade percebida com o início das manifestações, os grupos islâmicos adquirem espaços políticos sem que houvesse polarização insuperável a ponto de inviabilizar a transição democrática a que o país se propôs inicialmente.

---

<sup>16</sup> Em 2012, observaram-se atos de violência com caráter político, incluindo o assassinato de duas lideranças da oposição secular.

<sup>17</sup> A nova constituição não faz menção à xaria como fonte de legislação e consagra a liberdade de crença e a igualdade legal entre os gêneros; constitui uma república civil, e baseada no estado de direito.

## COMENTÁRIOS DE CONCLUSÃO

O presente estudo é, antes de tudo, uma proposta sistemática: atribuir classificações qualitativas a fatores de origem da Primavera Árabe a partir de uma matriz entre eixos temáticos e níveis de análise. Os dois primeiros eixos temáticos — as questões sócio-políticas e as econômico-demográficas — são, em verdade, duas interfaces da proposta de estado árabe paradigmático, em que se observa a “barganha de governança”: a abstenção da sociedade civil à efetiva participação política em contrapartida a uma expectativa de estado provedor de bem-estar.

A barganha de governança nada mais é senão uma simplificação das correlações que se estabelecem no contrato social árabe, que se constitui pela confluência de elementos históricos, sociológicos, religiosos, dentre outros, de modo que se passa a esperar desses estados uma posição de condução e provimento — expectativa até determinado momento capaz de ser atendida pela economia com base nos setores extrativos, remessas externas, turismo. Não se observa, contudo, incentivos ao desenvolvimento de setores econômicos capazes de absorver e empregar parcelas jovens crescentes da população, que vão pouco a pouco sendo confrontadas com uma realidade contrária àquela de gerações anteriores, sobre as quais moldaram-se as garantias desse contrato social.

Não sendo capaz de atender sua parte da barganha, os governantes da região passaram a ver ameaçada sua capacidade de manterem-se no poder. Observa-se nesse ponto destacada resiliência das monarquias da península arábica, na medida em que os virtualmente infundáveis excedentes financeiros do setor petrolífero permitem maiores espaços de manobra para políticas econômicas expansionistas para atender à população ao mesmo tempo que autorizam dispêndios em contenção direta — seja no plano doméstico, seja no patrocínio de iniciativas nos países vizinhos.

Rompido um equilíbrio político que era em verdade mais tênue do que se imaginava, rompeu-se simultaneamente o mito de impossibilidade de desafio aos poderes estabelecidos. O efeito de transbordo ocorre de certa maneira em dois sentidos simultâneos: verticalmente, quando coletividades se identificam com as narrativas individuais, transformando o que seriam protestos solitários e inócuos em grandes movimentos populares; e horizontalmente, quando sociedades identificam-se

umas com as outras, encorajando-se mutuamente pelas conquistas e exemplos ao longo do desencadear das manifestações.

Esse contágio só se mostra hoje possível em função da progressiva capilarização dos meios de comunicação — tanto os tradicionais quanto as novas mídias. Ambas as modalidades tornam-se mais acessíveis em tempos recentes. Os canais televisivos — com irrecusável destaque à Al Jazeera — são capazes de cobertura ampla e processamento de informações extensas, fazendo um filtro jornalístico necessário ao consumo da informação em massa. A *internet* e seus instrumentos, por sua vez, proporcionaram a efetiva participação e coordenação direta dos próprios usuários, provendo ambiente à margem das tradicionais arenas políticas, sob as quais recaem os controles governamentais mais restritivos. É razoavelmente seguro compreendermos os meios de comunicação como verdadeiros elementos condicionantes à viabilização da Primavera Árabe enquanto fenômeno de manifestações regionais, não a causando ou necessariamente impulsionando, mas provendo os meios para que se propagasse.

Contudo, a potencial crítica à Al Jazeera como instrumento de política externa do Catar leva ao questionamento quanto a importância de atores externos na Primavera Árabe e em que medida essas atuações poderiam ser consideradas como fatores de origem. Opta-se pelas leituras que colocam a Primavera Árabe como fenômeno de motivação endógena ao MENA, refutando teorias de ingerência externa como causa inicial para as manifestações. Entretanto, essa abordagem reconhece a importância da atuação de elementos externos — tanto a cada país como à região como um todo — nos desdobramentos do fenômeno, funcionando ora como motivador a seu alastramento a outros países, ora como vetores de contenção.

Não obstante, ao restringir-se à ótica intrarregional e com isso aceitando como “externo” os próprios países do MENA entre si, identifica-se na interação entre as sociedades e governos o principal fator externo de causa da Primavera Árabe. Observados desequilíbrios políticos e econômicos em todos — ou quase todos — os países do MENA, a sucessão de êxitos de manifestações populares a partir da Tunísia passa a funcionar como estopim para manifestações em outros países, verdadeiros “gatilhos externos”.

Ato contínuo, instaurado um *momentum* revoltoso, os acontecimentos ressonam entre si, interagindo uns com os outros em um sistema extremamente complexo de forças. Movimentos mínima e previamente organizados encontram oportunidade para sua inserção política, tomando parte nos protestos e impulsionando os fenômenos, exercendo a função de verdadeiros catalisadores da Primavera Árabe. É nessa lógica que se interpreta a relevância das diversas vertentes do islamismo político, seja pelas vertentes mais extremadas — como o grupo Estado Islâmico na Síria —, seja por vias pacifistas — com destaque à Irmandade Mulçumana no Egito. Ambos encontram na progressão dos protestos na região uma oportunidade para reafirmar projetos ideológicos de reafirmação do secular sob o religioso, resgatando o ideário de comunidade islâmica — a *ummah*. Se, por um lado, não foram esses atores os iniciadores da Primavera Árabe, seria muito difícil conceber o fenômeno sem sua atuação.

Em conclusão, apesar da complexidade da tarefa, entende-se que o presente artigo cumpre o desafio a que se dispõe: o de propor uma proposta classificatória preliminar para os fatores de origem da Primavera Árabe. Essa classificação, como argumentado inicialmente, não visa ser absoluta e nem mutuamente excludente, mas sim um vetor referencial que permite gradações. Desse modo, o enquadramento de cada fator analisado como sendo uma causa, uma condição, ou um catalisador não implica em restringi-lo a esse rótulo, mas sim em identificar uma característica como predominante sobre as demais. A necessidade de uma abordagem que permita gradações deriva da natureza complexa da Primavera Árabe. Essa complexidade se observa tanto nas relações de causalidade entre os fatores, recorrentemente sobrepostas, assim como da inter-relação dos acontecimentos nos diversos níveis de análise — domésticos, regional e global.

A análise dos diversos eixos neste artigo permite concluir, ao menos preliminarmente, que todos os fatores de origem da Primavera Árabe abordados demonstram-se em maior ou menor medida determinantes para o fenômeno. Contudo, cumprem diferentes funções, e essa diferenciação entende-se também importante para a apreensão fidedigna da Primavera Árabe.

## BIBLIOGRAFIA

AL-ALI, Nadjé. **Gendering the Arab Spring**. Middle East Journal of Culture and Communication, London, v. 5, p. 26-31, 2012.

ALBRECHT, Holger; SCHLUMBERGER, Oliver. **"Waiting for Godot": Regime Change Without Democratization in the Middle East**. International Political Science Review, Outubro 2004. 371-392.

AMIN, Magdi. **After the spring: economic transitions in the Arab world**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2012.

BANCO MUNDIAL. **Middle East and North Africa - MENA - Development Report: Unlocking the employment potential in the Middle East and North Africa - toward a new social contract**. Washington: World Bank, 2004. Disponível em: [documents.worldbank.org/curated/en/2004/01/3931432/unlocking-employment-potential-middle-east-north-africa-toward-new-social-contract](http://documents.worldbank.org/curated/en/2004/01/3931432/unlocking-employment-potential-middle-east-north-africa-toward-new-social-contract).

BRANCOLI, Fernando. **Primavera Árabe - praças, ruas e revoltas**. São Paulo: Desatino, 2013.

CAREY, Glen; FATTAH, Zainab. **Saudi King Boosts Housing, Job Spending Amid Mideast Unrest**. Bloomberg Business, 2011. Disponível em: [bloomberg.com/news/articles/2011-02-23/king-abdullah-pours-money-into-saudi-housing-welfare-amid-regional-unrest](http://bloomberg.com/news/articles/2011-02-23/king-abdullah-pours-money-into-saudi-housing-welfare-amid-regional-unrest). Acesso em: março 2015.

CARVALHO PINTO, Vânia. **La ola de movimientos pro democracia en Medio Oriente: Análisis preliminar de las consecuencias políticas para la región del Golfo Pérsico**. In: BALLESTÉ, E.; FÉREZ, M. **Medio Oriente y Norte de Africa> Reforma, Revolución o continuidad?** Cidade do México: Senado de la Republica Mexicana, 2011.

CHARLES RIVER EDITORS. **The Islamic State of Iraq and Syria: The History of ISIS/ISIL**. Cambridge: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2014.

CHERKAOUI, Tarek. **Al Jazeera's Changing Editorial Perspectives and the Saudi-Qatari Relationship**. The Political Economy of Communication - International Association of Media Communication Research, 2, n. 1, 2014. Disponível em: <polecom.org/index.php/polecom/article/view/28/205>. Acesso em: março 2015.

DEMANT, Peter. **O mundo mulçumano**. 3ª edição. São Paulo: Contexto, 2013.

FARAH, Paulo Daniel. **A Primavera Árabe no Machreq, Maghreb e Khalíj: motivações e perspectivas**. Política Externa, São Paulo, 20, n. 1, junho 2011.

FILDIS, Ayse. **The Troubles in Syria: Spawned by French Divide and Rule**. Middle East Policy Council, 2011. Disponível em: <mepc.org/journal/middle-east-policy-archives/troubles-syria-spawned-french-divide-and-rule>. Acesso em: março 2015.

KHALIL, Ali. **Bahrain Shiites lament their lack of support**. The Daily Star, 2012. Disponível em: <dailystar.com.lb/News/Middle-East/2012/Jan-05/158920-bahrain-shiites-lament-their-lack-of-support.ashx>. Acesso em: 2015 março 31.

LAPIDUS, Ira. **Islamic Revival and Modernity: The Contemporary Movements and the Historical Paradigms**. Journal of the Economic and Social History of the Orient, 40, n. 4, 1997. Disponível em: <jstor.org/stable/3632403>.

LEGRENZI, Matteo; CALCULLI, Marina. **Middle East Security: Continuity amid Change**. In: FAWCETT, L. **International Relations of the Middle East**. Oxford: Oxford University Press, 2013. Cap. 10.

LYNCH, Marc. **Saudi Arabia's Counter-Revolution**. Foreign Policy, 2011. Disponível em: <foreignpolicy.com/2011/08/10/saudi-arabias-counter-revolution/>. Acesso em: 31 março 2015.

MALIK, Adeel; AWADALLAH, Bassen. **CSAE Working Paper WPS/2011 23: The economics of the Arab Spring**. University of Oxford. Oxford; Jeddah, p. 32. 2011.

NAPOLEONI, Loretta. **A fênix islamista: o Estado Islâmico e a reconfiguração do Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório sobre o Desenvolvimento Humano Árabe**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. Nova Iorque. 2009.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Global Employment Trends 2014: Risk of a jobless recovery?**. Genebra. 2014. (ISBN 978-92-2-127486-5).

OURO PRETO, Affonso C. D. **Movimentos contra o autoritarismo**. Política Externa, São Paulo, 20, n. 1, junho 2011.

PUDDEPHATT, Andrew. **As revoluções árabes e a comunicação digital**. Política Externa, São Paulo, 20, n. 1, junho 2011.

RAMADAN, Tariq. **Islam and the arab Awakening**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2012.

ROGAN, Eugene. **Regional Overview**. In: CONSERVATIVE MIDDLE EAST COUNCIL. **The Arab Spring. Implications for British Policy**. Londres, 2011. p. 4-7.

SORJ, Bernardo. **Decifrando a crise no Oriente Médio**. Política Externa, São Paulo, v. 23, n. 3, janeiro 2015.

VISENTINI, Paulo. **O grande Oriente Médio: da descolonização à primavera árabe**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

WALTZ, Kenneth. **O homem, o estado e a guerra: uma análise teórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.